

jornal

ABRIL 2025

Federação Nacional da Educação



CAMINHO PARA A
VALORIZAÇÃO

ÍNDICE



3 - 4

EDITORIAL

28 - 29

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 25

AÇÃO SINDICAL

30 - 39

INTERNACIONAL

26 - 27

TEM A PALAVRA

40 - 41

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | ABRIL 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO



EDITORIAL



Por que não um "hackathon" à portuguesa?

A questão lançada no título exige desde já o devido esclarecimento.

Primeiro será necessário elucidar o uso de um conceito **"hackathon"** grafado em língua inglesa e não na nossa língua mãe. A segunda necessidade será a de aclarar o porquê de "algo" ser "à portuguesa" e não de outro modo qualquer...

Decompondo o conceito "Hack-a-thon": "thon" advém de parte de um conceito sobejamente conhecido -"marathon" - e "hack" é um conceito que por si só descreve uma forma de programar no mundo da informática e que juntos criaram um novo conceito: **"Heckathon"**. Heckathon significa, em geral, um evento que pode durar um ou dois dias e usualmente quer expressar uma maratona de concursos de programação informática....

O que nós queremos alertar é fundamentalmente para o facto de em Portugal não termos feito, ainda, um **Heckathon** na educação, seja qual for o modo como o designemos, inspirados no evento organizado em Inglaterra para toda a comunidade científica e escolar sobre o uso, a necessidade e o modo de usar ferramentas de IA - Inteligência Artificial Generativa no sistema educativo, principalmente no sistema público de educação.

O governo inglês já investiu cerca de dois milhões de libras em ferramentas de IA Generativa para a **"Oak National Academy"**, que comporta uma plataforma de aprendizagem online para ajudar a desenvolver novos recursos gratuitos para professores, bem como uma plataforma com conteúdos alimentados por IA Generativa, nomeadamente planificação de aulas, testes, questionários e fichas de trabalho.

Na base do trabalho desenvolvido em Inglaterra estavam diversas questões subjacentes e que a todos nós interessam:

- *A primeira questão de todas é a de "Como é que a IA Generativa pode ajudar os professores?"*
- *"Os alunos poderiam ser ensinados só pela IA Generativa?"*;
- *"Como é que a IA poderia ajudar os alunos individualmente no seu estudo?"*; e,
- *"O que se está a fazer para impedir que os alunos usem a IA para fazer batota?"*,

Sobre todas estas questões em Inglaterra ainda não há respostas contundentes mas há trabalho realizado pelo *hackathon* de dois dias de envolvimento de toda a comunidade escolar e académica.

Inglaterra tem já materiais de estudo produzidos e estão a delinear estratégias de implementação do uso de *IA Generativa* no sistema educativo para o melhorar e tirar o melhor proveito possível destas novas ferramentas educacionais, nomeadamente para redução da carga de trabalho em tarefas administrativas.

Tal como por lá, teremos por cá que estudar tais resultados e deles retirar também o melhor possível, quer do ponto de vista estrutural para o sistema, fundamentalmente da Escola Pública, quer do ponto de vista sindical - seja no que concerne a reivindicações justas e equilibradas, seja no que concerne ao necessário aumento da qualidade e adaptação do nosso ensino às novas ferramentas.

Há, portanto, todo um novo mundo a ter em consideração no exercício da profissão docente e por isso desde já se aconselha que estejamos atentos ao que já de bom se vai fazendo.

Será que, enquanto sociedade, nos estamos a preparar séria e necessariamente para a "Escola" do século XXI?

Estarão os professores, dirigentes políticos e sindicais preparados para abraçar os novos desafios e as evidentes mudanças paradigmáticas do que é a "Escola" de hoje?

Urge fazer uma profunda reflexão sobre a inevitável utilização da *IA Generativa* no sistema educativo português, envolvendo os docentes e a academia para se encontrarem as melhores soluções para o nosso próprio sistema e modelo educativo. Hoje o nosso modelo, cada vez com mais exigências multiculturais e até cada vez mais exigências multilinguísticas, precisa de se adaptar urgentemente aos novos desafios.

A formação contínua e a formação inicial dos futuros docentes têm que ser urgentemente adaptadas a estas novas circunstâncias. Não podemos, como outrora, ficar à mercê de sermos arrastados para modelos externos ou debatermo-nos continuamente com os clássicos atrasos estruturais de décadas.

Será que podemos empreender e discutir a renovação do ECD sem abordarmos estes assuntos? Não creio.

Temos que aproveitar a "*crista da onda*" da utilização das novas ferramentas pedagógicas já existentes, e creio que ainda estamos a tempo. Mas se nada fizermos hoje, amanhã já será tarde, quiçá muito tarde.

Se queremos manter o modelo de escola pública que temos, enquanto instrumento de política pública de combate às desigualdades sociais e promotora da equidade entre os nossos discentes, não podemos ficar de braços cruzados. Tenhamos presente que o uso desenfreado e desregulado da *IA Generativa* é potencialmente promotor de desigualdades sociais caso o acesso e o bom uso não sejam garantidos para todos com equidade.

A FNE e os docentes portugueses, como sempre, estão disponíveis para abraçar o desafio, assim estejam também as autoridades públicas.

Um "Hackathon" à portuguesa é urgente.



JOSÉ MANUEL CORDEIRO
VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



Federação Nacional da Educação

Roteiro

Para a Legislatura **2025-2029**

"Roteiro para a Legislatura 2025-2029"

Caminhos da revalorização das carreiras da educação

A próxima legislatura, que sairá da eleição de 18 de maio de 2025, vai enfrentar vários desafios existentes no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores e pessoal de apoio educativo.

Por isso a Federação Nacional da Educação (FNE) elaborou, como habitualmente em ocasião de eleições, o “Roteiro para a Legislatura 2025 – 2029”, no qual destaca as suas maiores preocupações relativas às políticas de Educação que o futuro Governo tem que ter em conta e demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os grandes constrangimentos do setor.

Ao longo do último ano, a FNE, num contexto de grandes exigências e transformações, alcançou conquistas significativas que resultam de um trabalho persistente de diálogo, mobilização e compromisso com os valores que orientam a nossa ação sindical.

Entre essas conquistas, destaca-se o Acordo celebrado com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), em 21 de maio de 2024, para a recuperação do tempo de serviço congelado, uma reivindicação histórica dos docentes, que representa um passo decisivo para a justiça e valorização da carreira.

No quadro de conquistas da FNE estão também os avanços no Regime da Mobilidade por Doença (MpD), assegurados por acordo, que resultaram em condições mais dignas e humanas para quem enfrenta situações de fragilidade pessoal ou familiar.

A estas vitórias, somam-se outras negociações bem-sucedidas, que trouxeram um valor acrescentado aos trabalhadores que a FNE representa, às escolas e, consequentemente, aos alunos e comunidades educativas.

Em destaque encontram-se de igual modo os avanços alcançados na valorização da carreira docente, na negociação coletiva, na melhoria das condições de trabalho e no reforço do papel da Educação como eixo central do desenvolvimento do país.

É com base nesta trajetória de ação e conquista que a FNE apresenta o “Roteiro para a Legislatura 2025-2029” — um plano de ação estratégico que define prioridades, metas e propostas concretas para o próximo ciclo político e um contributo fundamental para a construção de políticas públicas de Educação em Portugal, centradas na valorização dos seus profissionais, na melhoria das condições de trabalho e das aprendizagens e na consolidação de um sistema educativo inclusivo, democrático e humanista.

A revalorização da profissão docente é urgente e estratégica. Sem professores e pessoal de apoio educativo motivados e valorizados não há qualidade na educação.

A FNE propõe um reordenamento profundo da carreira docente e da carreira do pessoal de apoio educativo, com soluções integradas e duradouras para garantir o futuro da escola pública e do sistema educativo e que passam por:

DOCENTES

1. Tornar a profissão docente atrativa para os jovens, motivadora para os que a exercem, e recuperar o prestígio social do professor através da negociação de uma revisão positiva e valorizadora do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

2. Formação Inicial e Contínua - Reformular a formação de professores com qualidade e articulação com a prática profissional.

3. Concursos - Promover a estabilidade com concursos transparentes, justos e que fixem os docentes.

4. Avaliação de Desempenho - Implementar modelos justos e formativos, com impacto positivo na carreira.

5. Organização do Tempo de Trabalho - Respeitar limites, reduzir burocracia e garantir tempo para reflexão pedagógica.

6. Saúde e Segurança - Proteger o bem-estar físico e mental dos docentes.

7. Aposentação - Rever regras para permitir uma saída digna, tendo em conta o desgaste profissional acumulado.

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO/NÃO DOCENTES

1. Deverá ser iniciado o processo de negociação que conduza à definição dos conteúdos funcionais específicos do Pessoal de Apoio Educativo e ao estabelecimento das suas carreiras especiais: Técnicos Superiores da Educação; Assistentes Técnicos da Educação; Assistentes Operacionais da Educação.

2. Adoção de medidas que eliminem a precariedade, assegurando a vinculação e a consolidação das mobilidades de todos os trabalhadores de apoio educativo.

3. Aposta forte na valorização com a criação de carreiras específicas, cumprindo a resolução da Assembleia da República.

4. A revisão da portaria dos rácios e a consequente melhoria efetiva das condições de trabalho.

Consulte todas as propostas da FNE para a futura legislatura em www.fne.pt



www.fne.pt

Rotetia

Para a Legislatura 2025-2029

Pedro Barreiros em Conferência do SPZC

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, marcou presença na Conferência "50 anos SPZC - o futuro do sindicalismo" ainda no âmbito das celebrações do 50º aniversário do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC). Este evento contou ainda com a participação de Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT e de vários dirigentes do SPZC.

"Se os mais novos não tiverem espaço de intervenção, não se vão sentir representados pelos sindicatos. E o futuro do ensino precisa deles". Esta foi uma das ideias deixada por Pedro Barreiros, em mais um evento comemorativo dos 50 anos do SPZC e em que se falou do futuro do sindicalismo.

SPZC expõe acervo de 50 anos

Ainda englobado no 50º aniversário, o SPZC vai levar a vários pontos da Zona Centro, uma exposição que inclui um conjunto de 14 roll-ups com os principais registos fotográficos dos momentos mais significativos dos seus 50 anos da sua existência, com destaque para a evolução dos logótipos, as diversas manifestações, os congressos da FNE e da UGT, entre outros.

Nos locais da exposição será disponibilizada uma peça em suporte digital para ajudar a se compreender melhor a mostra, detalhou o SPZC.



MECI aproximou-se das propostas da FNE no DL relativo às condições de docentes no estrangeiro

A FNE e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) reuniram na manhã de 16 de abril, para um encontro negocial relativo às garantias previstas nos diplomas legais de criação das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do MECI.

À saída daquela que foi a primeira reunião de negociação com o Governo em gestão, Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, fez o balanço assumindo que "a FNE considera positivo que a tutela tenha ouvido e aceite as nossas propostas de uma forma verbal".

Manuel Teodósio explicou que "nesta reunião foi-nos apresentado um Decreto-Lei para análise e foi-nos apresentado verbalmente um Despacho de apoio a esses mesmos professores [das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública]. A FNE vê com bons olhos estas propostas porque de alguma forma vêm trazer equidade aos professores destas escolas, porque até agora encontrávamos docentes com situações diferenciadas a trabalhar em mesmas funções e locais, algo que agora fica garantido com uniformidade".

O dirigente da FNE acrescentou ainda que "depois nas propostas em concreto do Despacho relativo aos apoios a ser concedidos, também há um aspeto que para a FNE é extremamente importante porque há aqui uma concordância total com os apoios dados a outros trabalhadores do Estado que também prestam serviços em países diferenciados e por isso também há aqui a compensação atendendo ao custo de vida de cada país, com esse valor a não ser igual para todos, mas sim de acordo com o nível de vida de cada país. Esta uniformização é vantajosa no caso dos professores".

De qualquer forma, a FNE apresentou ao MECI algumas preocupações tais como "uma situação em que a tutela falou sobre uma penalização para os professores que não permanecessem pelo menos dois anos nessas escolas, com a FNE a entender que a palavra 'penalizar' não faz sentido e que devia existir um fator compensador".

A FNE considera que "vemos com bons olhos esta possibilidade excepcional de fazer alguma legislação porque como sabemos o governo está em gestão, mas a razão é tão fundamentada que leva a crer que este documento possa ir para a frente e ser promulgado pelo Presidente da República a bem da educação e dos professores".

"Importa também referir que há algumas situações mais que a FNE levantou e que também estão aceites e que se referem aos professores que já ingressaram nos quadros no ano transato e que nos foi garantido que vão ter igualdade de circunstâncias a partir do próximo ano letivo; para estes mesmos professores, durante o ano que está a decorrer, será criado um suplemento extraordinário para fazer frente a esse diferencial, mas importa ainda referir que para os professores do quadro aqui em Portugal que venham a ingressar nestas escolas no estrangeiro é-lhes mantido o lugar em Portugal durante seis anos ou seja, se no espaço de seis anos regressarem, o seu lugar está assegurado. Ao fim dos seis anos terão de optar entre manter-se no estrangeiro ou regressar", disse Manuel Teodósio.





Federação Nacional da Educação



CONTRAPROPOSTA NEGOCIAL

NEGOCIAÇÃO

Escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública
do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

5

21 de abril de 2025

Contraproposta da FNE sugeriu algumas alterações

A FNE fez chegar então ao MECI a sua contraproposta relativa à negociação de matérias sobre as Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública.

Considerava a FNE no documento que "a iniciativa legislativa do Ministério da Educação, Ciência e Inovação de alargar as garantias previstas nos diplomas legais de criação das escolas portuguesas no estrangeiro a todos os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas referidas escolas, representa o reconhecimento da existência de uma situação de profunda injustiça nas diversas Escolas e da necessidade de a corrigir de forma justa e equilibrada".

A FNE reconheceu ainda "que a atual proposta de projeto de decreto-lei, que já incorpora várias das sugestões apresentadas por esta Federação durante a reunião negocial realizada no dia 16 de abril de 2025, representa um importante passo na resolução do problema da falta de equidade, ao eliminar diferenciações de tratamento injustificadas. Por outro lado, permite também acautelar as situações dos docentes que, estando vinculados a um quadro de escola/agrupamento ou de zona pedagógica, e pretendam continuar em funções numa escola portuguesa no estrangeiro, não percam o seu lugar de quadro de origem".

Acrescentar ainda que, segundo a FNE, a apresentação da proposta de Despacho que regulamenta os apoios e suplementos a que têm direito os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se

desloquem de Portugal para o exercício de funções nas escolas portuguesas no estrangeiro, conjuntamente com a proposta de projeto de Decreto-Lei, constitui um bom princípio negocial, por permitir compreender melhor qual o alcance das medidas legislativas que se pretendem implementar.

A FNE faz notar na contraproposta, tal como afirmado à saída da reunião de 16 de abril, a sua discordância com a obrigação do cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, considerando que tal obrigação pode limitar a liberdade de mobilidade dos docentes e não atende à diversidade de situações pessoais e profissionais que podem surgir.

Muito menos concorda que apenas a permanência mínima de dois anos possibilite o acesso aos apoios previstos com a instalação no local de trabalho e ao regresso a Portugal, com os custos com a residência, com as viagens de ida e volta e com os prémios de seguro de saúde.

A FNE defende ainda que "os docentes atualmente em funções nas escolas tenham acesso aos referidos apoios, independentemente de virem a manter-se, ou não, em funções no próximo ano escolar. Apesar de considerar as propostas como positivas – projeto de Decreto-lei e projeto de Despacho –, a FNE apresentou uma contraproposta por entender que as mesmas podem e devem ser melhoradas".

CONTRAPROPOSTA DA FNE SOBRE EPERP



Federação Nacional da Educação



Escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

www.fne.pt



"Apostas na Educação" vão ser debatidas a 9 de maio com Partidos políticos

A FNE promove a 9 de maio de 2025, uma Sessão Pública, em forma de mesa redonda, com partidos políticos, em que estes apresentarão os seus compromissos essenciais para a próxima legislatura, na área da Educação.

Com o tema "As Apostas na Educação", a sessão decorre entre as 15h00 e as 18h00, presencialmente na sede do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), na Rua Costa Cabral, 1035, no Porto, e online através do Canal de Youtube da FNE (<http://www.youtube.com/@FNE82>).

No contexto das eleições legislativas convocadas para o próximo dia 18 de maio de 2025, a FNE entende ser de particular relevância proporcionar um espaço de apresentação e debate das propostas que os diferentes Partidos Políticos pretendem submeter à consideração do eleitorado, em especial no que respeita à Educação, área de reconhecida importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.



Estão confirmados no momento os seguintes nomes representantes de partidos:

Rafael Tormenta

Candidato do Bloco de Esquerda na lista do Porto

João Almeida

Em representação do CDS-PP

José Carvalho

Em representação do Grupo Parlamentar do CHEGA

Matilde Rocha

Assessora parlamentar para a área da Educação e candidata pelo círculo eleitoral do Porto

Pedro Alves

Em representação do Grupo Parlamentar do PSD

Porfírio Silva

Candidato a deputado pelo círculo eleitoral do Porto.

A FNE aguarda as respostas dos restantes Partidos para esta mesa redonda, que é uma oportunidade que a Federação oferece aos partidos para que possam apresentar e debater propostas, que permitam reverter os problemas e desafios da Educação verificados em Portugal.

A FNE não desiste de ser exigente, responsável e contribuir para um futuro melhor da Educação no nosso país.

Este evento contará, ainda, com a presença e participação de dirigentes e delegados sindicais dos Sindicatos da FNE.

Inscreva-se aqui obrigatoriamente para participar presencialmente:
<https://forms.gle/HKpHxtnHLeCndkbu6>



1974-2025

ANOS

Sindicato dos **7** professores
Zona Norte

UM COMPROMISSO PERMANENTE!

Continuar a lutar, com determinação, verdade
e coragem, pelos direitos dos Professores
e pela dignidade da profissão docente.



SPZN celebrou 51 anos com diversas iniciativas

O SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte celebrou a 30 de abril de 2025 os seus 51 anos de existência, promovendo nesse âmbito uma série de iniciativas.

A criação deste Sindicato na noite de 29 para 30 de abril de 1974, nasceu da vontade dos professores de se unirem para serem mais fortes e, juntos, lutarem em prol de uma causa comum: uma Educação de qualidade para todos.

Desde a fundação, o SPZN tem-se destacado pela sua atuação em defesa dos direitos dos professores, seja na negociação de melhores salários e condições de trabalho, seja na luta por melhores políticas públicas para a educação. A história do sindicato é marcada por importantes vitórias que só foram possíveis graças à união e à força de todos.

O SPZN celebra então esta data junto a todos os seus sócios, desde os seus fundadores àqueles que continuam a juntar-se, a participar e a fortalecer este sindicato.

Como tal, de forma a assinalar esta data, a Direção daquele que foi o primeiro Sindicato de Professores de Portugal, esteve presente na inauguração da nova sede da Delegação de Santa Maria da Feira, às 17h00, na Rua Casa da Vila da Feira, n.º 55 em Santa Maria da Feira.

"Mais do que a abertura de um novo espaço físico, este momento representa um passo firme no compromisso renovado do SPZN com os professores, com a educação e com o futuro", afirmou Pedro Barreiros, atual Presidente do SPZN.

Integrada numa estratégia mais ampla de reorganização e modernização das sedes regionais, esta nova instalação foi idealizada para fortalecer a proximidade com os sócios, melhorar a eficácia dos serviços e elevar a qualidade do apoio prestado.

Este investimento é reflexo de um plano de ação que alia organização a valores humanos, reforçando o papel do SPZN como um sindicato ativo, presente e empenhado na defesa de uma educação pública de qualidade — concretizando, assim, um dos compromissos assumidos pelos atuais corpos sociais.

Esta é uma iniciativa enquadrada num restante conjunto de atividades que incluem a organização de uma Conferência de Organização "REPENSAR a Profissão Docente e o nosso papel, na Era da Complexidade e da Artificialidade", que irá decorrer no Auditório da AEP em Matosinhos, nos dias 23 e 24 de maio e em que serão debatidas as ideias e propostas para o futuro das ações do SPZN.

SDPA celebrou 36º aniversário

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) comemorou a 13 de abril de 2025 o seu 36º aniversário.

Fundado em 1989, o SDPA é uma associação sindical que representa os educadores de infância, os professores de todos os níveis de ensino, os investigadores científicos e os formadores profissionais que trabalham na Região Autónoma dos Açores e é um parceiro social respeitado na Região e no País, sendo membro da Federação Nacional da Educação (FNE) e da União Geral de Trabalhadores (UGT), instâncias onde faz eco das pretensões dos docentes que laboram nos Açores.

Nestes anos de existência tem seguido a prática de um sindicalismo firme e acutilante, sem demagogias enganosas, assumindo uma linha de conduta consentânea com a dignidade dos profissionais que representa, procurando resolver os problemas que afectam a classe de um modo determinado e ponderado,

em espírito de diálogo e em sede negocial, atuando estruturadamente, visando a contínua melhoria das condições de trabalho dos profissionais que representa.

Para o Presidente do SDPA, António Fidalgo "desde a sua génese, somos um Sindicato que continuamente se renova e se expande. Com a força das pessoas que o sonharam, o construíram, o lideraram, a ele pertenceram e o apoiaram, com a força de todos, o SDPA tem-se vindo a afirmar, sustentadamente, como um Sindicato que marca a diferença e se consolidou como um ator relevante e importante na sociedade açoriana. Assumimos a necessidade de desenvolvermos uma ação sindical afirmativa e proactiva na defesa dos interesses e das necessidades dos profissionais da Educação que representamos. Unidos, contando com a mobilização de todos, conseguiremos (Re)Valorizar a Docência | Por Uma Educação de Qualidade".

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO
PROFESSORES DOS AÇORES

39 anos do SPCL

O SPCL, Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas, comemorou a 30 de abril de 2025 o seu 39º aniversário.

É um sindicato membro da FNE e representa os professores que exercem funções no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Com os primeiros Estatutos oficialmente aprovados a 30 de abril de 1986, o SPCL, atualmente com sede na Alemanha, tem tido uma ação fundamental na defesa dos direitos dos professores do EPE e na qualidade de ensino.

O Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas orienta a sua atuação dentro da observância dos princípios do sindicalismo democrático e da liberdade sindical, tal como se acham definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela OIT, nomeadamente através da organização e gestão democráticas, baseadas na eleição periódica dos seus dirigentes e na participação livre e ativa dos seus associados.

O SPCL é presidido por Teresa Soares.

concurso nacional 2025

o 10^o Era uma vez...
de maio



Conhecidos os vencedores do concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" - 2025

Foram divulgados os vencedores do concurso "Era uma vez... O 1º de Maio" promovido pela FNE em conjunto com os seus Sindicatos e com a AFIET e a UGT.

Esta é uma iniciativa que anualmente desafia alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador tendo sido assumido como tema para a edição deste ano "VONTADE DE SER PROFESSOR".

Os trabalhos serão exibidos publicamente na celebração do 1º Maio da UGT, que se realiza no Jamor, em Oeiras.

Parabéns a todos os vencedores e restantes participantes!



Dia do Trabalhador MUNDIAL



VALORIZAR OS TRABALHADORES

COMBATER A PRECARIEDADE

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

KIDS RACE 09H30

+ CORRIDA E
CAMINHADA
1º DE MAIO

10H00

ANIMAÇÃO
CULTURAL

ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS

FOLCLORE

TOY
16H00

INTERVENÇÕES
SINDICAIS
15H00





25 ABRIL 2025

A Liberdade
escreve-se
todos os dias

*Que todos os dias nos
lembramos que Abril é
um caminho escrito de
conquista e esperança.*

*É em cada gesto, em cada
voz e em cada sala de aula
que a Liberdade ensina e
a Democracia cresce.*



25 de Abril - A liberdade escreve-se todos os dias

Passados 51 anos, afirmamos com convicção que os ideais de Abril continuam a inspirar e a guiar a nossa ação sindical. Uma ação responsável, construtiva, firme e inovadora, sempre em defesa da qualidade da Educação e de todos os Trabalhadores da Educação!

Que todos os dias nos lembremos que Abril é um caminho escrito de conquista e esperança.

É em cada gesto, em cada voz e em cada sala de aula que a Liberdade ensina e a Democracia cresce.

A Liberdade e a Democracia escrevem-se todos os dias - Os ideais de Abril continuam a inspirar a nossa ação.

A Revolução dos Cravos não só devolveu a voz ao povo, como também fortaleceu o sindicalismo, permitindo que os trabalhadores, incluindo professores e funcionários das escolas, se organizassem e lutassem pelos seus direitos em liberdade.

A educação, impulsionada pelos valores de Abril, teve um papel fundamental na consolidação da democracia portuguesa. Avanços como a diminuição do abandono escolar precoce, o aumento da escolarização, o combate ao analfabetismo e a valorização dos profissionais da educação são testemunhos inegáveis do impacto transformador do 25 de Abril.

O compromisso com os ideais do 25 de Abril permanece firme na FNE. Não desistimos e continuaremos a lutar por uma sociedade cada vez mais justa, inclusiva, sustentável e equitativa, onde todos tenham acesso a oportunidades iguais e possam alcançar o seu pleno potencial.

Abril viverá enquanto defendermos os valores que nos fizeram livres.





Estado do EPE na Europa visto por dentro: passado e presente

Cheguei há 20 anos ao Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e a Alemanha já é o segundo país no qual exerço. O primeiro ano foi sem dúvida o melhor ano da minha vida laboral. De trabalhar num país civilizado como a Suíça e ganhar relativamente bem não se podem gabar muitos.

O segundo ano ainda deu para manter alguma coisa do primeiro, apesar de já me encontrar noutro país, a Alemanha. A partir daí foi sempre em queda livre.

Em poucos anos, de uma única escola passei a cinco escolas semanais. Entretanto, esse número diminuiu um pouco: só as escolas, não os quilómetros. Cheguei a apanhar 30 transportes semanais e a percorrer 40 km a pé para além deles. Aprendi a “voar” de plataforma em plataforma para apanhar ligações e nem sempre consegui. Fiz distensões, apanhei esporão no calcâneo e com os elevados níveis de stresse a tiróide manifestou-se.

Trabalhar doente tornou-se uma prática corrente, pois não me posso permitir estar de baixa e várias vezes recuso atestados. A vida social é praticamente nula.

Passei de turmas perfeitamente homogéneas, com aulas duas vezes por semana, a grupos com um terço do tempo letivo (uma vez/semana) e de todas as idades e níveis misturados.

Neste momento são quase 20 grupos semanais e em cada um funcionam dois a cinco manuais escolares diferentes. Um esforço sobre-humano e com manuais que nem sempre se adequam ao público em questão.

No vencimento, nada se modificou nos últimos 16 anos, com a exceção da atualização salarial da função pública, que todos sabemos ser sempre muito reduzida.

Como dizia uma colega numa das reuniões em que estive presente: há professores que têm de ir buscar rendimentos a pequenos trabalhos paralelos para conseguirem sobreviver e há até onde se ganhe menos do que o salário mínimo nacional desse país.

Se o nível de vida sempre foi elevado, neste momento está incomportável.

Incomportável é também a carga burocrática a que somos obrigados. Vejo-me obrigada a responder a e-mails nos mais variados lugares, seja no estacionamento do supermercado, na sala de espera do médico...

É a toda a hora solicitações para isto e para aquilo: relatórios nas várias fases do ano letivo, relatórios por atividade realizada, planificações, encomendas de manuais, inscrições, sumários na plataforma, preenchimento de tabelas, programação e organização de convívios, atividades extracurriculares, aulas, produção de materiais, divulgação de atividades, entre tantas outras.

Penso que escreverei em nome de uma grande maioria dos meus colegas.

Cada caso é um caso, pois há colegas que percorrem mais quilómetros que outros e o número de alunos também varia.

Para juntar à lista de preocupações, os tablets distribuídos aos alunos no ano letivo de 2023-2024 vieram aumentar ainda mais o volume de trabalho, pois gerir dispositivos que funcionam corretamente e outros que não e alunos com diferenciadas capacidades para os utilizar torna-se extenuante, já para não falar no processo de distribuição, registo, controlo e encaminhamento para posterior devolução daqueles que abandonam o sistema.

Onde trabalho, os professores têm ainda de prestar contas de forma periódica às entidades locais que, por sua vez, impõem limitações aos cursos a vários níveis.

Ao longo dos anos, sinto que cada vez mais as minhas valências são desviadas para a carga burocrática e não para o que penso que seria mais profícuo.

Carla Guerreiro





É possível fazer diferente para o melhor das nossas crianças

Muito se fala em Educação, e que tal falarmos também de qualidade? E que tal falarmos de Empatia? E que tal falarmos de Amor? E que tal falarmos de Empenho? E muito mais teremos que falar...

A Educação terá que começar a ser vista como um todo e não focarmos só o papel da Docência. A Escola é um todo. E um todo que tem que implicar todos os seus agentes educativos, e quando digo TODOS são mesmo TODOS os que integram uma Escola e uma Comunidade.

Antes de mais precisamos de qualidade, precisamos que todos os agentes educativos amem aquilo que fazem e se responsabilizem pelo enorme papel que têm em mãos, isto é, que tenham a noção que todas as nossas crianças veem em nós uma referência, um exemplo.

Todos sabemos que nos debatemos diariamente com falta de recursos humanos para todas as necessidades e especificidades que a qualidade de um ensino nos obriga. Neste tema muito haverá a fazer e temos que fazer chegar à tutela que não podemos ter uma Escola Pública funcional se não tivermos meios para que isso aconteça.

Chega de precariedade, chega de ilusões, chega e como bem diz o ditado “de fazer omeletes sem ovos”, temos que acordar e sim, não focarmos as nossas reivindicações em salários, mas também e não menos essencial na qualidade e reconhecimento dos papéis de todos os agentes de educação.

Está na hora de todos assumirmos a nossa importância e o nosso brio profissional, fazendo todos, e reforço mais uma vez, TODOS, a nossa parte. Temos que começar a passar uma imagem positiva e de referência em todos os nossos estabelecimentos de educação e ensino.

E para isso precisamos de empenho e dedicação e sim, reivindicação por mais profissionais qualificados e que saibam ao que vão e que sejam um acréscimo e não deixem ficar mal todos aqueles que se dedicam e que gostam daquilo que fazem e sim, que acreditam que é possível fazer diferente para o MELHOR das nossas crianças.

Mariana Afonso

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do STAEZN

STAEZN celebrou o seu 36º aniversário

O STAEZN (Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo / Pessoal Não Docente da Zona Norte) celebrou o seu 36º aniversário.

Com os seus primeiros estatutos publicados oficialmente a 30 de abril de 1989, o STAEZN é uma associação sindical que representa os trabalhadores Não Docentes da Educação dos ensinos público, privado, particular e cooperativo, nomeadamente Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo Sindicato membro da FNE desde 1989.

O STAEZN nasceu por comissão constituída em 25 de Janeiro de 1989 presidida por Alberto Fernando Lopes Machado.

O primeiro Congresso foi realizado no Porto, no dia 21 de Abril de 1990, na Escola Secundária Alexandre Herculano e foram aprovados documentos importantes como o Estatuto Profissional, o Código Deontológico e debatidos assuntos como a Formação Profissional e a participação na gestão das escolas, ou as condições de trabalho do ensino Particular.

Cristina Peixoto é a atual Presidente do Sindicato.





Education
International

climate DISinformation

survival kit



a quick guide to help you
tell fact from fiction

#Teach4ThePlanet

Dia da Terra: Salvar o planeta com Educação

Neste dia 22 de abril de 2025, Dia da Terra, a FNE e a AFIET juntam-se à Educação Internacional (IE) numa mobilização global por uma educação climática de qualidade para todos, pela justiça climática e por uma transição justa para uma economia verde, que garanta os direitos humanos e a participação inclusiva.

Educadores, professores, ativistas e cidadãos estão em todo o mundo a defender as pessoas e o planeta, apelando aos seus governos para que assegurem uma Educação de qualidade sobre o clima para todos, com sistemas educativos sustentáveis e resilientes, com Justiça Climática, para uma Transição Justa para uma economia verde.

Não se acreditem em tudo o que ouvem sobre as alterações climáticas. Os negacionistas das alterações climáticas, a indústria dos combustíveis fósseis, os políticos e muitos outros grupos que lucram com a poluição do planeta estão a espalhar mentiras para fazer acreditar que as alterações climáticas não estão a acontecer ou que não são perigosas.

A mensagem é simples: incentivem os vossos seguidores nas redes sociais a assinarem o Manifesto da IE sobre Educação Climática de Qualidade para todos em <https://eiie.io/ClimateManifesto>.

A FNE e a AFIET pedem que todos leiam e sigam este **kit de sobrevivência para a desinformação sobre o clima** da IE, que ajuda a distinguir factos de ficções.

Informação enganosa versus desinformação: Informação enganosa:

O que não falta é informação falsa ou incorreta divulgada sem intenção de enganar. Um exemplo: “Recicle todos os dias e acabará com as alterações climáticas”. Na verdade, a reciclagem ajuda a reduzir os resíduos, mas não vai acabar com as alterações climáticas. A indústria é a principal causa das alterações climáticas, assim como o sistema que deve ser reformado para travar a emergência climática.

Desinformação:

Criação e difusão intencionais de informações falsas para enganar ou manipular. Exemplo: “Ensinar as crianças sobre as alterações climáticas na escola é desnecessário”. A educação climática dota os jovens de todas as idades de competências essenciais para a mitigação, adaptação e futuros empregos verdes. A educação prepara-os para os desafios que irão enfrentar em suas vidas.

Como é que a desinformação sobre o clima funciona online?

Passo 1: Alguém publica uma afirmação enganosa que provoca medo, indignação ou curiosidade.

Passo 2: As pessoas comentam e partilham rapidamente sem verificar os factos.

Passo 3: Quando muitas pessoas se envolvem com a publicação, os algoritmos das redes sociais mostram-na a um número ainda maior de pessoas. O objetivo é manter os utilizadores na plataforma para que vejam os anúncios que dão lucro à plataforma.

Táticas comuns utilizadas para difundir a desinformação incluem:

Dados seletivos: Utilização seletiva de dados para enganar o público sobre as tendências da ciência do clima.

Falsos especialistas: Pessoas que não possuem qualificações em ciências climáticas espalham falsas alegações.

Falso equilíbrio: Dar o mesmo peso a pontos de vista marginais e ao consenso científico alargado, fazendo parecer que existe um debate significativo. Não existe nenhum.

Teorias da conspiração: Afirmações de que cientistas e governos estão a “esconder a verdade” ou a manipular dados, sem provas.

Passamos a especificar estas quatro táticas, uma a uma:

1 - Dados seletivos: trata-se de utilização seletiva de dados para induzir o público em erro sobre as tendências da ciência do clima. Exemplo: “O CO₂ representa apenas 0,04% da atmosfera, uma quantidade tão pequena que não tem importância!”

Esta afirmação isola um facto (a pequena percentagem) sem o contexto completo. Sim, o CO₂ é apenas 0,04% da atmosfera, mas essa pequena quantidade é exatamente o que retém o calor e mantém o nosso planeta quente. É como adicionar uma pequena quantidade de piri-piri a um prato, mesmo assim muda tudo.

2 - Falsos especialistas: pessoas sem qualificações em ciências climáticas espalham alegações falsas. Exemplo: O Dr. John Clauser, um físico vencedor do Prémio Nobel, afirma que não existe uma crise climática. Isto é usar a fama ou o título de alguém num campo para desacreditar a ciência noutro. De facto, John Clauser é um Prémio Nobel, mas em física quântica, não em ciência climática. Na verdade, este cientista não tem nenhuma investigação publicada nesta área.

3 - Falso equilíbrio: Atribuir o mesmo peso a pontos de vista marginais e ao consenso científico alargado, fazendo parecer que existe um debate significativo, quando não existe nenhum. Exemplo: um programa de televisão discute se as alterações climáticas são uma ameaça real ou apenas um ciclo natural, convidando um cientista climático e um cético climático sem formação científica.

Um cientista com anos de investigação é colocado ao mesmo nível de alguém sem conhecimentos especializados. Ou seja: igual tempo de antena para diferente credibilidade. Na verdade, 97% dos cientistas do clima concordam que as alterações climáticas são reais e provocadas pelos seres humanos. O debate deve refletir o peso das provas científicas.

4 - Teorias da conspiração: afirmações de que cientistas e governos estão a “esconder a verdade” ou a manipular dados, sem provas. Exemplo: “Os incêndios florestais de 2023 no Canadá foram provocados intencionalmente pelo governo”.

Não há provas que sustentem esta afirmação. Ela foi concebida para alimentar a desconfiança e desviar a atenção de questões reais. Os incêndios florestais de 2023 no Canadá foram intensificados pelas alterações climáticas, devido a condições mais quentes e secas, que tornam os incêndios florestais mais prováveis e mais extremos.

Aqui ficam alguns passos importantes a seguir quando se depara com uma nova informação:

Verificar a fonte. É uma fonte fiável, como uma organização científica, ou é uma fonte tendenciosa, como um político?; **Analisar a linguagem e o tom.** A mensagem é exagerada ou utiliza palavras que desencadeiam as suas emoções, como “embuste”, ‘esquema’ ou “conspiração”?; **Verificar as imagens.** Foram editadas ou retiradas do contexto?; **Verificar várias fontes** ou através de sítios Web de verificação de factos.; **Refletir** sobre o seu próprio preconceito. Está a partilhar isto porque se baseia em factos, ou apenas porque está de acordo com as suas opiniões pessoais?

O que se pode fazer quando se reconhece a desinformação sobre o clima: Denunciá-la. A maioria das plataformas de redes sociais tem um botão de denúncia. Utilizá-lo!; **Evite o envolvimento.** Não comente nem partilhe. A interação só dá mais visibilidade à desinformação; **Partilhe a verdade.** Divulgue informações exatas online e fora de linha à sua comunidade; **Mantenha a mente aberta.** Tenha consciência dos seus preconceitos e obtenha os factos de várias fontes de confiança.

Entrar em ação!

A FNE e a AFJET lembram que a desinformação sobre o clima espalha-se rapidamente, mas cada um de nós pode ser mais rápido!

Por isso, neste Dia da Terra 2025, combata a desinformação com a educação climática! Pode fazê-lo de várias maneiras: partilhe este texto para ajudar outros a reconhecer a desinformação sobre o clima! Exija uma educação climática de qualidade para todos. Assine o Manifesto Ensinar para o Planeta! Junte-se ao movimento sindical global e defenda a justiça climática! Apele ao seu governo para que tome medidas decisivas em relação ao clima e faça uma transição justa.





Comité Sindical Europeu da Educação organiza estratégia para os próximos dois anos

O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) reuniu em Bruxelas nos dias 8 e 9 de abril de 2025 para organizar o plano de atividades para os próximos anos. Estas reuniões dos representantes de cada país abrangido pelo comité representam a ratificação da estratégia desenvolvida pelo secretariado e assumidas pela Internacional da Educação (IE).

O novo Presidente do CSEE John MacGabhann (Irlanda) e o novo Diretor, Jelmer Evers (Países Baixos), instaram os representantes nacionais a trabalharem em conjunto e a considerarem a possibilidade de desenvolverem ações conjuntas a nível

européu, no sentido de defendermos uma educação de qualidade.

Da agenda prevista sublinham-se alguns dos procedimentos fundamentais para o funcionamento e dinâmicas do CSEE. Validação e aprovação de relatórios de atividades relativos a projetos implementados e dinamizados com os parceiros europeus; implementação das resoluções do Congresso de Budva, Montenegro; a definição da agenda e da estratégia a implementar nos próximos dois anos; a apresentação das estruturas e das diferentes áreas abrangidas pelo trabalho sindical do CSEE.

Ainda, a calendarização de atividades e de representação nos diferentes órgãos da União Europeia e parceiros sociais, a definição das políticas e prioridades de cooperação, bem como os recursos financeiros alocar a cada atividade. Houve ainda tempo para debater o plano apresentado pela Global Partnership for Education (GPE), uma fundação que apoia países em desenvolvimento e procura aumentar o financiamento governamental à educação.

Foram dinamizados temas que permitirão centrar a estratégia do CSEE nos próximos dois anos: (1) como é que as tensões globais estão a afetar e a mudar as políticas e o financiamento da educação; (2) como melhorar o trabalho do Comité; (3) como implementar a iniciativa UNION SKILLS da Comissão Europeia; (4) estabelecer prioridades de ação na agenda europeia da educação. Deste debate, surgiram algumas prioridades: melhoria das condições de trabalho dos docentes, respeito pela autonomia docente, defesa da democracia nas escolas.



Jelmer Evers, Diretor do CSEE



The future of European competitiveness

Part A | A competitiveness strategy for Europe

SEPTEMBER 2024

Segundo dia com Relatório Draghi

No segundo dia, o debate abrangeu a definição de ações concretas referentes ao Diálogo Social Europeu, onde entre outros, se debate uma legislação sobre aprendizagem à distância, a Union of Skills strategy - agenda estratégica para a definição de competências e validação de percursos educativos. Este tema reveste-se de uma importância vital para os docentes e escolas, pois estão em causa princípios conceptuais sobre educação e sobre o financiamento europeu ao setor do ensino e da formação. Agnes Roman, a representante do CSEE nesta área, reportou uma tendência generalizada para uma crescente desregulamentação do mercado da educação, que implica a crescente captação de fundos da educação para o setor privado.

Foi ainda analisado o recente **relatório Draghi sobre competitividade da UE**, que aponta alguns **dados preocupantes**: (1) 3 milhões de crianças por ano abandonam a escola antes de completarem a sua escolaridade obrigatória; (2) há uma necessidade de implementar uma perspetiva empresarial nas escolas; (3) pretende anular a obrigação das empresas em promoverem formação aos trabalhadores a custos próprios, (4) propõe a criação de um observatório de competências europeu com instituições privadas e onde a representação é maioritariamente do setor industrial e empresarial, (5) aponta a necessidade de redefinição das competências básicas na área da matemática literacia, ciência,

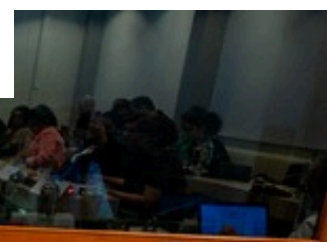
cidadania e competências digitais, esquecendo e não mencionando o papel dos professores e das organizações representativas dos docentes neste processo; (6) propõe uma aliança educativa na europa sem definir claramente os papeis das instituições.

Face a todas estas propostas, impõe-se uma ação concertada das organizações sindicais e do CSEE no sentido de influenciar e garantir a participação dos docentes nestes temas, evitando uma perda de financiamento no setor público e garantindo que as aprendizagens não se resumam a meras competências técnicas,

diminuindo a componente humana e a participação ativa da sociedade na formação integral dos alunos.

Analizou-se o relatório sobre a presidência Polaca e as prioridades do próximo semestre europeu e discutiu-se ainda o financiamento e o relatório de contas, aprovado pela maioria das organizações e que este ano teve um balanço francamente positivo.

A representação dos sindicatos portugueses da educação no Comité do CSEE é assegurada pela FNE / Alexandre Dias.



A importância do professor na promoção da saúde mental



A UNICEF disponibilizou para o ano letivo em curso um conjunto de orientações para a promoção da saúde mental no espaço escolar, reforçando que os professores estão entre as pessoas mais influentes na vida dos jovens, com enorme potencial para dar o seu contributo positivo para a promoção e proteção da saúde mental.

Os problemas de saúde mental estão entre as principais causas de doença e incapacidade entre os 15-19 anos, sendo o suicídio a quarta maior causa de morte neste grupo etário.

Dado que metade de todas as doenças mentais começa antes dos 14 anos de idade, o início da adolescência representa um momento crucial para intervir e prevenir o aparecimento de problemas de saúde mental e promovê-la uma saúde mental positiva.

Estas competências, associadas aos conhecimentos escolares, ajudarão os jovens a orientar-se mais eficazmente na escola, nas suas relações, nas suas comunidades, e noutras áreas ao longo das suas vidas.

Enquanto período de transição entre a infância e a idade adulta, os anos da adolescência representam a janela de oportunidade para ajudar os jovens a reconhecer e gerir sentimentos difíceis, resolver problemas eficazmente, manter relações saudáveis, comunicar necessidades e desejos e tomar decisões que contribuam para o seu bem-estar.

1. **Decoração do espaço escolar como?** Peça a um pequeno grupo de voluntários para dinamizarem uma aula especial para os colegas; Divida a turma em grupos e dê a cada grupo a tarefa de preparar uma surpresa a diferentes elementos da comunidade escolar (escolhidos pelos alunos: à Bibliotecária, à funcionária da papelaria, ao Porteiro, etc.); Incentive os alunos a proporem melhorias e novas atividades à direção da escola, organizando-se com colegas e outras turmas, contribuindo para a melhoria do ambiente escolar. Envolve os alunos na criação de uma atmosfera promotora do bem-estar - sugestões: placar onde partilham notícias positivas da escola ou comunidade; mural com mensagens positivas; cada turma faz um desenho ou escolhe uma imagem para os corredores, etc.

2. **Música ambiente:** durante os intervalos, coloque música nos corredores e nos espaços comuns. Convide os alunos a escolherem as suas músicas preferidas, e faça listas de reprodução apenas com as músicas selecionadas.

3. **Caixa de ajuda:** disponibilize, num local central, uma caixa para notificar problemas e/ou pedir ajuda. Garanta que há uma pessoa responsável por ler e encaminhar todas as situações partilhadas, assim como é de conhecimento dos alunos o processo de gestão desta caixa.

4. **Dia da Saúde Mental:** promova uma atividade para a escola onde os alunos são convidados a concorrer com projetos de promoção do bem-estar no espaço escolar.

5. **Cursos de educação não-formal:** disponibilizar, periodicamente, treinos de competências pessoais e sociais em horário compatível com a disponibilidade dos alunos.

Saiba mais aqui e consulte o folheto

<https://escolas.unicef.pt/recursos/saude-mental-a-escola-como-lugar-seguro/>

SESSÃO PÚBLICA COM PARTIDOS POLÍTICOS

AS APOSTAS NA EDUCAÇÃO

9 de MAIO 2025

15h00 - 18h00



TRANSMISSÃO
ONLINE

PORTO

Auditório do SPZN
Rua Costa Cabral, 1035



afiet